

ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIA DO AVANÇO DO AGRONEGOCIO NO VALE DO AÇU.

Albeysa Carla Gonçalves Pinheiro; Melissa Sabrina Barbalho da Silva; Zilfran Varela Fontenele.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu,
albeysacarla@gmail.com.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu,
sabrinabarbalho1@hotmail.com.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Crateús,
zilfran@hotmail.com.

RESUMO: Este trabalho resulta de uma pesquisa de alunos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu, voltado a análise das consequências econômicas, sociais e culturais do avanço do agronegócio na Vale do Açu para pequenos e médios proprietários, camponeses e agricultores familiares que, impedidos por vários fatores de permanecer em suas terras, tiveram que se desfazer de suas propriedades, através da venda, sendo essas terras muitas vezes compradas por grandes empresas do agronegócio, tanto nacionais como multinacionais, especialmente nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Itajá. O processo de concentração fundiária ocasionou amplas mudanças na realidade regional, de forma que as organizações econômicas e sociais das cidades analisadas foram totalmente modificadas pela entrada do agronegócio. Assim, o objetivo da pesquisa é produzir conhecimentos sobre a realidade a que camponeses, pequenos proprietários e agricultores familiares passaram a enfrentar e se submeter após se desfazer de suas terras, ante o avanço do agronegócio na região. Como metodologia adotamos uma abordagem qualitativa, utilizamos pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, cuja análise nos permite observar e compreender as consequências do avanço do agronegócio na região para os atores sociais locais.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, latifúndio, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO:

Na segunda metade do século XX, intensas transformações no mundo ocidental em geral naturalmente se refletiram no Brasil, e acabaram por influenciar políticas governamentais de forte impacto para todo o país. Neste sentido, foram introduzidas modificações na economia nacional, voltadas para uma mais eficiente inserção do país na dinâmica econômica mundial, especialmente durante o Período Militar (1964-1985).

Entre estas medidas, os Governos Militares incentivaram a implantação efetiva ou ampliação de um modelo de agricultura na região Nordeste conhecida como “Revolução Verde”. Segundo Albano (2005), esta Revolução Verde teve início na década de 1950, em um movimento que seguiu tendências internacionais estabelecidas como desdobramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e se caracterizou pelo o uso de novas práticas agrícolas, responsável por profundas mudanças na produção agropecuária, com destaque para

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

o processo de modernização da produção, através de uma intensa mecanização, ampla utilização de defensivos químicos e desenvolvimento de técnicas mais eficientes de produção.

As transformações econômicas e produtivas deste período visavam fortalecer o modelo de produção capitalista, que disputava naquele momento a hegemonia do mundo com o modelo socialista. É importante salientar que essas práticas amplamente difundidas em geral se apresentavam como extremamente prejudiciais para o meio ambiente, não respeitando o equilíbrio ecológico e trazendo sérios prejuízos e danos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde das pessoas, especialmente pela utilização de produtos químicos como adubos, defensivos e controladores de pragas.

Diversas empresas ligadas à produção agrícola em larga escala, especialmente originárias e sediadas em países desenvolvidos, se tornaram grandes corporações e ampliaram suas áreas cultivadas em países subdesenvolvidos. Foram adotadas e incentivadas ainda, em escala global, a prática da monocultura, uso de novas tecnologias e de maquinário pesado, sem preocupação com a desestabilização dos sistemas do solo e da água.

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, o Estado assumiu a função de criar condições para favorecer a implantação e atrair empresas multinacionais ligadas ao agronegócio. Estas práticas foram incentivadas pelo Banco Mundial, que forneceu créditos e capitais abundantes ao Estado Brasileiro, que os utilizou não só para financiar internamente a compra de tratores e outros bens de capital produzidos pelas empresas multinacionais, mas também para incentivar a produção e o beneficiamento de produtos primários ampliando a exportação de produtos como óleos vegetais, soja, carnes de aves e bovinos, sucos e frutas (MAZZALI, 2000).

Foi exatamente neste contexto de “modernização”, implementado pelos governos militares (1964-1985), especialmente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, na segunda metade da década de 1970, que foi iniciada a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que fazia parte do Projeto Baixo – Açú, inaugurada em 1983. Esta e outras políticas públicas do período foram direcionadas para viabilizar a implantação da chamada “Revolução Verde” na região Nordeste, ou seja, o processo de Modernização da Agricultura no Nordeste, especialmente no vale do Açú. (ALBANO, 2005).

A inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1983) foi percussora de um novo modelo de produção na microrregião Açucense. A possibilidade de abundância de água fez com que muitas empresas viessem a se fixar no vale, tanto nacionais, como multinacionais. As terras que recebiam água da barragem, especialmente nas zonas rurais dos municípios de Assu, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu e Carnaubais, passaram a ser valorizadas, não somente graças ao potencial de irrigação, mas também da fertilidade de sua terra de várzea e a sua localização, entre os polos de Natal e Fortaleza, favorecendo o comércio com as grandes cidades e a exportação. (ALBANO, 2005).

A partir desse momento, deu-se a difusão progressiva da agricultura moderna na subzona do Açú, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Carnaubais (SILVA, 1997, p. 27). Entre as empresas nacionais e multinacionais instaladas na região na década de 1980, podemos citar FINOBRASA, Itapetinga Agroindustrial. Já na década de 1990, merece destaque a chegada da multinacional francesa *Del Monte Fresh Produce*.

A implantação e as práticas agrícolas “inovadoras” destas empresas receberam total apoio dos governos federal, estadual e municipais, sob a justificativa da modernização, progresso e geração de empregos e renda para a região, bem como aumento na arrecadação de tributos. Todavia, estes incentivos não chegaram a pequenos e médios produtores e muito menos a camponeses e agricultores familiares locais. Logo, instaurou-se uma grande pressão sobre estes pequenos e médios produtores, agricultores e camponeses da região do Vale do Açú. Sem estímulos ou apoios públicos, desvalorizados, desrespeitados e esquecidos pelos governantes, além de incapazes de fazer frente a alta competitividade das grandes empresas, muitos se viram obrigados a se desfazer de suas terras, muitas vezes por valores irrisórios, que não contemplavam as suas necessidades e não atingiam os reais valores que seriam justos para a negociação de terras na região. Este trabalho volta sua atenção exatamente para estas pessoas, e o destino que tomaram diante da realidade imposta.

A partir do final da década de 1980, cresceram as produções de trabalhos relacionados a História Local e Regional, que nem sempre tiveram importância no mundo acadêmico. Isso foi possível graças a uma maior difusão das ideias da Nova História, concepção metodológica que surgiu na França, em 1929.

A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. (...) Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular. (OLIVEIRA, 2003: p. 15).

A partir disso, tornou-se viável analisar conceitos que eram vistos nas academias, inserindo assim à visão dos agentes elaboradores da história, tendo assim um foco para uma nova história problema, deixando de segundo plano as noções tradicionais da narrativa histórica. Sobre isso o historiador Peter Burke relata que nos últimos 30 anos, os historiadores passaram a focar em aspectos que anteriormente não se havia pensado, de certa forma havia um desinteresse do mesmo, isso nos permite ter uma concepção de mudança no estudo da história: “(...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’ sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. (BURKE, 1992, p. 11).

Desta forma a História Regional e Local se constitui em importante campo da historiografia, de modo que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo, pois conforme Fernandes (1995), refletir sobre a realidade local, deixando a narrativa focar em realidades próximas, ao invés de focar em temas distantes e alheios à realidade permite uma melhor compreensão do meio em que estamos inseridos. Ainda segundo o autor, analisar historicamente fatos ocorridos no domínio local é de grande importância para entender a realidade em que se vive, e transitar o conhecimento é primordial para o desenvolvimento de um pensamento crítico local e histórico, e cabe ao historiador transcrever os acontecimentos passados para despertar o interesse e a propagação do saber para toda a população.

Ao estimular o desenvolvimento de pesquisadores que iniciam as suas observações na região e municípios em que residem, a pesquisa abre a possibilidade de criar multiplicadores da História local e regional, favorecendo análises históricas e sócio antropológicas sobre a realidade econômica, social, cultural e os espaços de convívio.

Esta pesquisa nos abre ainda possibilidades de leituras e representações sobre a história de pessoas simples e comuns da região, que se viram obrigadas a abandonar suas terras diante de uma nova ordem que se estabelecia. Permite ainda que sejam promovidas visões diferentes das difundidas oficialmente, ou seja, que a chegada de grandes

empreendimentos, obras e empresas de agronegócio não foi um tanto vantajoso para os pequenos proprietários rurais.

A agricultura familiar em si e suas atividades, com evidência na forma de produção que convive com a seca, fazem parte do patrimônio cultural da região Nordeste. Na maioria dos casos a agricultura familiar não utiliza muitas tecnologias, que apesar de trazer benefícios na produção, degradam muitas vezes o meio ambiente. A atividade agrícola na nossa região, de forma geral, apresenta inúmeras dificuldades, o que pode ser um agravante que contribuiu para que os camponeses fossem expropriados, e de certa forma esse fato afeta o patrimônio cultural local.

METODOLOGIA:

O início desta pesquisa se deu pelo levantamento de referências bibliográficas com foco no tema do avanço agrário no Brasil, agricultura familiar e, em especial na microrregião do Vale do Açu e dos camponeses que aqui residem. Recolhemos ainda referências ricas em informações sobre a História Local e Regional, e o que colaborou para que o avanço do agronegócio tenha sido intenso na localidade, como também o que isso trouxe de benefícios e malefícios.

Em seguida, buscamos a identificação, através de pesquisa de campo na região, de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses que se desfizeram de suas terras, ante o avanço do agronegócio na região. Afim de compreender a nova realidade em que se inseriram, adotamos o método de entrevista semiestruturada realizada por áudio como uma das fontes de pesquisa para elaboração dos relatos que usamos como subsídios para o nosso trabalho.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1984: p. 146).

Selecionamos, entre os diálogos dos entrevistados, os relatos de duas pessoas: “Seu Quió” e “Seu Severino”. O primeiro é ex-agricultor, que possuía um pequeno sítio na zona rural de Ipanguaçu, e ex-funcionário das empresas do agronegócio; o segundo é o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores(as) Familiares do Município de Ipanguaçu/RN, de família de camponeses que possuíam terras na região, e também já foi funcionário de empresas agrícolas que atuam no Vale do Açu. Ambos vivenciaram parte do período de ingresso do agronegócio, ou seja, das mudanças sociais e econômicas que aconteceram na região do Vale do Açu. Tais entrevistas foram efetuadas no período entre 13 e 19 de dezembro de 2017.

As atividades de campo, conforme Laplantine (2004) e Minayo (1992), são cruciais para a realização da nossa pesquisa, pois segundo Herskovits (1963) tratar com o povo que vai se estudar, escutar as conversas, visitar as habitações, observar os rituais, entender os comportamentos do dia-dia, interrogar sobre as tradições locais, são questões necessárias para atingir uma visão em conjunto, e um conhecimento dos modos de vida de maneira direta. A pesquisa é caracterizada ainda por uma inclusão à realidade dos camponeses, afim de buscar uma melhor compreensão e construção histórica dos fatores que os levaram a vender suas terras, e assim a desistir de permanecer com suas práticas tradicionais e analisar para onde foram e de que forma passaram a viver.

O nosso objeto de pesquisa se reverte fundamentalmente do elemento humano, orientando-o a uma abordagem qualitativa para a interpretação dos dados em nossa pesquisa, pois é um estudo da "vida diária" (BRAGA, 1988). Assim, elaboramos uma análise qualitativa (MINAYO, 1992) do material produzindo, buscando estabelecer categorias de análise que nos permitam registrar e analisar a situação dessas pessoas após deixarem suas terras, suas condições e perspectivas de sobrevivência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Com a chegada de grandes empresas ligadas ao agronegócio na microrregião do Vale do Açu, pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses passaram a sofrer com a pressão das empresas, especialmente as multinacionais, já que suas práticas produtivas não lhes permitiam competir com o agronegócio. Segundo Shiva (2003), a produção dos agricultores tradicionais baseia-se no sistema de rotação de culturas, na diversidade de cereais e legumes. Já as empresas ligadas ao agronegócio que chegaram à

região, seguindo o modelo da Revolução Verde, praticavam a monocultura, utilizando controle de pragas, insumos e fertilizantes químicos e sementes alteradas geneticamente, todos considerados altamente prejudiciais para o solo.

Constatamos, portanto que a construção da barragem de Açú e a posterior vinda de empresas agrícolas para o município trouxeram alterações substanciais para o mercado de terras da região, intensificando em muito a concentração fundiária, com a vinda das empresas agrícolas, e alterando a produção agrícola do município, com a emergência da fruticultura irrigada mais particularmente a da manga e da banana, e com a queda da produção dos produtos tradicionais que eram bastantes cultivados como a batata-doce. (ALBANO, 2008: p. 136).

Neste sentido, a francesa *Del Monte Fresh Produce*, pode ser considerada uma das mais evasivas, especialmente em questões culturais, econômicas, sociais e ambientais, pois desde a sua chegada, adotou um modelo produtivo totalmente diverso do tradicionalmente adotado na região pelos agricultores e produtores locais. Além disto, adotou formas de produção extremamente agressivas para a região e para o ambiente e que, segundo o presidente do sindicato causou a morte de muitos peixes com o uso excessivo de agrotóxicos, demonstrando descuido e descompromisso com a região, deixando claro a inexistência de laços afetivos com a terra, que possuía importância estritamente econômica, e só lhe serviria enquanto lhe desse lucro.

O latifúndio voltado para o agronegócio e sua produção em larga escala ganhou, portanto, a atenção e o apoio dos poderes públicos. Já pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses foram deixados de lado, reforçando uma marca da questão agrária nacional, a qual é formada por uma desigualdade, tanto na obtenção de terra como no trabalho, onde até a água estava sendo restrita para as grandes empresas.

A pressão das grandes empresas, a falta de apoio e a incapacidade de concorrer com o agronegócio, obrigaram a grande maioria de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras, que foram incorporadas aos latifúndios. De acordo com “Seu Severino, a chegada das empresas só trouxe desgraça, porém encontramos algumas opiniões divergentes quanto a esse aspecto, como no caso de “Seu Quió”, que afirmou que a chegada principalmente da Del Monte foi muito vantajosa para a população no setor de empregos e comércio. “Seu Severino” completou dizendo que os

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

trabalhadores eram vistos como mão de obra barata e até mesmo eram maltratados, citando como exemplo situações como de uso da tração humana para puxar carroças.

Diante da falta de igualdade entre pequenos e grandes produtores, a expropriação da vida no campo é uma imposição para muitos. Vale ainda salientar, que as condições favoráveis por esses fatores não se caracterizam por acontecimentos instantâneos ou imediatos, e sim por uma construção histórica do país e marcado pelo conservadorismo social e político conforme afirma Carvalho (2010).

A expropriação, aqui considerada como um desdobramento das situações postas, que levam pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras. Na entrevista com o “Seu Severino”, ele afirmou que metade das terras que atualmente são da Finobrasa pertencia a um homem chamado “Zé de Luizinho” e a outra parte a “Chico Feli”, o qual vendeu suas terras influenciado por familiares. Ainda de acordo com o entrevistado, os pequenos agricultores ficavam encantados com o dinheiro oferecido, acreditando que “nunca iriam ficar pobres, então dividiam o dinheiro com seus filhos. Hoje, os mesmo filhos e netos dos ex-proprietários trabalham para as empresas”. O presidente do sindicato afirmou também que hoje em dia, o “Chico Feli” mora em uma casa de “taipa”: “Chico Feli era bem-sucedido com terra fértil que plantava de janeiro a dezembro e tinha um rio passando na beirada dela, aí deixou de ser um fazendeiro grande pra ser um trabalhador rural quase mendigando”.

Identificamos um elemento contraditório nas falas do presidente do sindicato e do exagricultor acerca da geração de empregos por parte da chegada das grandes empresas de agronegócio na região. Segundo o primeiro, a promessa de empregos por parte das empresas se constituiu em uma dependência forçada das populações locais, que se restringem apenas a estas empresas como alternativa de trabalho, observando que muitas das vagas foram ou são ocupadas por pessoas “vindas de fora”. Já ‘Seu Quió’ afirma que as ofertas de emprego aumentaram e a chegada do agronegócio se constituiu em benefício para a região.

Diante do exposto, o estudo destas histórias torna-se importante para entender esse processo e suas consequências para estes pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a partir de diferentes pontos de vista. Entendemos ser importante para a construção de uma história local a compreensão dos destinos das pessoas que se viram obrigados a se desfazer de parte ou todas as suas propriedades. Com esta análise voltada para

acontecimentos recentes, podemos colaborar para a construção de uma melhor compreensão da realidade local e dar forma a um acervo histórico da região do Vale do Açu, tendo assim a História cumprido a missão de colocar como protagonista e dar voz a grupos sociais tradicionalmente marginalizados.

CONCLUSÃO:

O principal objetivo deste trabalho foi produzir uma pesquisa social e histórica, que possibilite abrir espaços de compreensão dos impactos que grandes empresas do agronegócio tiveram sobre os camponeses da região do Vale do Açu.

Os conhecimentos acumulados e as descobertas resultantes do trabalho têm permitido aos pesquisadores a construção de uma História Local a partir das visões de segmentos sociais tradicionalmente marginalizados pelas políticas públicas voltadas prioritariamente aos interesses capitalistas, que muitas vezes na busca exclusiva do lucro, provocam impactos nocivos ao meio ambiente e às famílias que residem nas regiões que se instalam, como no caso do Vale do Açu.

Assim, podemos analisar e demonstrar os efeitos da chegada do agronegócio na região do Vale do Açu, identificando as mudanças na configuração social, ambiental, cultural econômica do local, possibilitando a compreensão de que não só camponeses e proprietários rurais, mas também de como a população de um modo geral foi afetada, trazendo, com isso, alterações nas características tradicionais do vale.

As análises dessas mudanças se constituem em produções historiográficas que valorizam a História local, permitindo estímulos ao conhecimento e o pensamento crítico nos jovens, conscientizando-os de aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos de sua realidade.

Outro importante resultado é o uso da pesquisa para se constituir um acervo da História local e regional. Com conhecimento a respeito dos processos citados a cima ampliamos as possibilidades de conhecimento histórico e a disseminação de conhecimento sobre grupos sociais normalmente desprovidos de apoios e políticas públicas reservados a segmentos sociais privilegiados, tanto de origem nacional como estrangeiros.

REFERÊNCIAS:

ALBANO, Glaydson Pereira. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

BRAGA, Célia Maria Leal. A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica. **Ci. Cult.** v.40, n.10, p.957-66, out., 1988.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A histórica concentração fundiária do Brasil: Estudo de caso do município de Paulicéia/SP**. Paraná: UNIOESTE, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Agricultura e questão agrária no Brasil – Condicionantes estruturais da concentração fundiária**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/ Salvador, UEMS: ed. Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador: UNEB, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Aldenos Gomes da. **Nova Fase do Sindicalismo: Os Trabalhadores do Poló**
Agroindústria do Açúcar – RN. Natal: UFRN, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** A pesquisa
qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.